

Celestino Marques Neves
Asssembleia Municipal de Valongo - Membro

Valongo, 14-05-2014

MOÇÃO

Considerando:

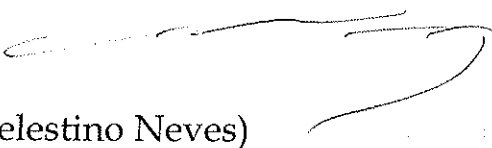
1. Que a situação vivida no seio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde (AHBVE) é suficientemente preocupante para já ter provocado algum alarme junto do Órgão executivo do nosso Município - afinal os Bombeiros Voluntários de Ermesinde são um importante pilar na estrutura da protecção civil municipal do nosso Concelho;
2. Que não se podendo exigir ao presidente da Câmara que se emiscua nos assuntos dos Bombeiros, por mais lamentável que seja o papel protagonizado pelos corpos sociais ainda em exercício - aliás já sem a presença do presidente da Direcção, que se demitiu finalmente há poucos dias atrás - se pode no entanto esperar que ao menos nos dê nota pública da sua preocupação;
3. Que a forma como se processa a gestão actual da AHBVE indicia uma degradação acentuada na já criticável gestão dos últimos meses de 'mandato sem mandato dos associados' - com admissões de pessoal e outros actos gestionários incompatíveis com a situação de gestão em que a Direcção e restantes Órgãos arbitrariamente se colocaram;
4. Que o desrespeito pela Lei e pelos respectivos Estatutos é tamanho que nem mesmo algumas das deliberações da última Assembleia Geral foram cumpridos - a exigência da admissão do candidato a associado que recorreu para a

mesma Assembleia da recusa da Direcção por exemplo, não foi ainda cumprida;

A Assembleia Municipal de Valongo insta o Senhor presidente da Câmara no sentido de:

- a. Informar a Direcção em exercício da AHBVE, da sua intenção de suspender todas as relações institucionais com a mesma - apenas com esta e não com o Corpo de Bombeiros nem com o seu Comando - caso a referida instabilidade se mantenha para além do final da segunda quinzena do mês de Maio;
- b. Que dadas as óbvias consequências de índole financeira que esta suspensão poderá acarretar para o Corpo de Bombeiros, dê conta destas preocupações e da intenção expressa, à Autoridade Nacional de Protecção Civil e ao Comando Distrital de Operações de Socorro.

(Celestino Neves)



MOÇÃO

Apoio ao Apelo “Em defesa da Escola Pública”

No dia 7 de abril foi enviado para a Assembleia Municipal de Valongo um apelo em defesa da Escola Pública, subscrito por responsáveis de organizações sindicais representativas de profissionais de educação, presidentes de câmaras municipais, presidentes de associações de estudantes, movimento associativo de pais e encarregados de educação, dirigentes escolares, associações de docentes/escolas e associações representativas de pessoas com deficiência. Pretendia-se que esta Assembleia Municipal tomasse partido aprovando esse apelo.

Na reunião de conferência de representantes foi decidido que não seria apresentado para votação esse apelo, mas pretende a CDU que a Assembleia Municipal se pronuncie em Defesa da Escola Pública com base numa moção construída a partir do apelo enviado.

Assim, pretendemos que seja discutida e votada a moção a seguir apresentada.

Moção em defesa da Escola Pública

A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que “compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que:

“O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 75.º).

Devido às políticas antissociais de austeridade que têm vindo a ser desenvolvidas e se refletiram nos cortes orçamentais que, em 2012 e 2013, foram impostos à Educação, a Escola Pública viu fragilizarem-se algumas das suas respostas educativas e sociais, fruto, também, da redução de diversos recursos que são essenciais à sua boa organização e ao seu funcionamento.

Os novos cortes previstos no Orçamento do Estado 2014, que terão um impacto fortíssimo na educação e ciência públicas (educação pré-escolar, ensinos básico, secundário e superior e também na investigação), a par do que se prevê no designado “guião para a reforma do Estado” confirmam que a qualidade da Escola Pública, em Portugal, corre sérios riscos de entrar em colapso e ser desmantelada.

Neste guião, afirma-se que o objetivo é mudar o modelo e não cumprir metas, exclui-se a Educação das designadas funções essenciais do Estado e esclarece-se que “Reformar o Estado é continuar a privatizar”.

Com base nestes princípios e objetivos, no que à Educação diz respeito, este guião aponta para um caminho de completa desresponsabilização do Estado ou, no mínimo, do poder central. Nesse sentido, são referidas diversas estratégias que vão desde a concessão de escolas até à criação de um novo ciclo de contratos de associação com o setor privado e, pela primeira vez, é explicitamente assumida a aplicação do chamado “cheque-ensino”.



Face a esta situação de desvalorização da Educação Pública em que, com clareza, se antevê um percurso de desmantelamento da Escola Pública de qualidade, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 30 de abril, aprovou este documento, que será enviado para os promotores da iniciativa “Apelo em defesa da Escola Pública” – Rua Fialho de Almeida, nº3 1070-128 Lisboa.

Valongo, 30 de abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

MOÇÃO

Proposta de criação das freguesias de Campo e de Sobrado

A imposição, por parte do Governo PSD/CDS, em avançar para a agregação das freguesias de Campo e de Sobrado, apesar da forte contestação e oposição da população de ambas as freguesias expressa das mais variadas formas, ignorando por completo as deliberações tomadas por unanimidade nos diferentes órgãos autárquicos do município de Valongo, não tendo sido acauteladas as diferenças existentes nas freguesias, quer ao nível económico e social, quer ao nível cultural e patrimonial, trouxe desconforto e desconfianças acerca da classe política que representa o nosso país.

Este ataque praticado contra o Poder Local Democrático visa a liquidação da sua autonomia, o esvaziamento da relação com as pessoas e a sua asfixia financeira, que condiciona muito os serviços públicos prestados pela única entidade que pode ter um contacto com as populações.

Perante o facto consumado da liquidação de cerca de 1168 freguesias, a luta em defesa das freguesias de Campo e de Sobrado passa agora pela reafirmação do papel e identidade própria de cada uma delas, pela mobilização da população afetada e pela reafirmação do compromisso de devolução das freguesias agregadas às suas populações.

Nesse sentido, o PCP através dos seus representantes na Assembleia da República apresentou uma proposta de criação das freguesias de Campo e de Sobrado. Assim, consideramos que cabe agora à Assembleia Municipal a aprovação de uma Moção, a enviar a todos os grupos parlamentares, de apoio à aprovação dos Projetos-lei apresentados pelo PCP.

Moção – Pela criação das Freguesias de Campo e Sobrado

Com a criação do Concelho de Valongo, em 1836, foram criadas as Freguesias de Campo e de Sobrado.

A Freguesia de Campo é, atualmente, uma freguesia com um cariz industrial, que se tem vindo a cimentar num imenso historial, enriquecido pela profunda coragem de um povo operário, afável e sacrificado, predisposto para o trabalho laborioso, que soube aproveitar as suas raízes sociais e culturais, as riquezas naturais da sua terra, com a exploração do subsolo, extraindo minerais, como a ardósia, quartzitos, antimónio e o volfrâmio, bem como fomentando indústrias criadoras de riqueza, como são os casos das fábricas de têxteis, transformação da ardósia e metalomecânica. Apesar das suas raízes históricas e da simplicidade do seu povo, esta Freguesia tem demonstrado uma capacidade de desenvolvimento, mostrando que possuiu ainda um grande potencial de crescimento, através da criação de condições para atrair novos investimentos e promover parcerias impulsionadoras de uma nova e inovadora realidade económica, designadamente na sua zona industrial.



Em termos culturais e artísticos, o seu povoado é bastante crente, mostrando ter uma atitude muito perseverante nos momentos difíceis, nem sempre reconhecido, no qual persistem muitas lendas e tradições próprias, mantidas pelas diferentes coletividades e associações que proliferam pela freguesia.

No caso da Freguesia de Sobrado, a maior do concelho de Valongo em área, mas a menor em população, ainda hoje pode ser considerada uma zona bastante mais rural do que urbana, existindo uma parte significativa da sua população afeta ao sector primário, dedicando-se à agricultura. Contudo, o progresso constante a que também esteve sujeita, permitiu um aumento progressivo da industrialização da freguesia, nomeadamente com a instalação e desenvolvimento de fábricas de mobiliário e afins, mas que não faz esquecer a sua maior predominância para o cultivo de cereais e da vinha.

Sobrado é também conhecido pela sua grandiosa festa da Bugiada, que se realiza no dia de S. João, que tem por base uma lenda antiga que se mantém inalterada e incentivada por todos aqueles que nela participam. É uma festa popular de raiz ancestral, que encena e atualiza a luta entre cristãos (Bugios) e mouros (Mourisqueiros), em disputa por uma imagem milagrosa do dito santo, que atrai milhares de pessoas a Sobrado, para assistir a uma das tradições mais peculiares e originais do nosso país, servindo como cartão-de-visita para a freguesia.

Esta Festa de S. João do Sobrado encontra-se atualmente em processo de candidatura a património cultural imaterial da humanidade reconhecido pela UNESCO e que assenta numa vontade expressa de salvaguarda dos valores culturais e éticos da sua comunidade.

Acresce ainda o facto de que, com a agregação das duas freguesias, Sobrado teve um aumento de despesas que foram criadas face ao novo panorama territorial, perdendo a sua Junta de Freguesia e deixando de ter diariamente contacto com os seus representantes autárquicos, obrigando a população a ter que se deslocar à sede da União das Freguesias, que ficou em Campo, para poder tratar de determinados assuntos ou obter respostas para os seus problemas. Este transtorno é agravado pela circunstância de não existir transportes públicos entre Sobrado e qualquer outra freguesia do Concelho, condicionando a sua mobilidade.

Perante esta realidade, em que nenhuma das populações de Campo e de Sobrado esteve de acordo, é desejoso que se encontre uma solução para se poder criar novamente a Freguesia de Campo e a Freguesia de Sobrado, voltando a existir as duas freguesias de forma autónoma.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 30 de abril, apela a que os deputados com assento na Assembleia da República se unam na aprovação dos Projetos-lei apresentado pelo PCP, que propõe a reposição das freguesias de Campo e de Sobrado no Concelho de Valongo, garantindo a proximidade do Poder Local Democrático e melhores serviços públicos às populações.

Valongo, 30 de abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

MOÇÃO

Pela defesa do SNS

Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais.

A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública.

A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares.

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negando qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde.

Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país.

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantém vultuosos contratos com entidades privadas nesta área.

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até 31/12/2015 as maternidades nos seguintes estabelecimentos hospitalares: Unidade Local de Saúde Norte Alentejo (Portalegre), Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), Centro Hospitalar Cova da Beira (Covilhã e Fundão), Centro Hospitalar de

Leiria, Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Aveiro, Águeda e Estarreja), Hospital da Figueira da Foz, Unidade Local de Saúde da Guarda, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, Centro Hospitalar de Setúbal, Centro Hospitalar do Oeste (Torres Vedras/Caldas da Rainha), Centro Hospitalar do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas e Tomar), Hospital de Santarém, Hospital Fernando da Fonseca (Amadora/Sintra), Centro Hospitalar do Alto Ave (Guimarães e Fafe), Centro Hospitalar do Médio Ave (Famalicão e Santo Tirso), Centro Hospitalar entre Douro e Vouga (Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Paredes e Penafiel), Hospital Santa Maria Maior (Barcelos), Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) e Unidade Local de Saúde do Nordeste (Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros).

Só na zona centro do país existem 3 unidades que desaparecem desde já da lista da citada portaria: Anadia, Cantanhede e Ovar.

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na mais despudorada mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias.

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 30 de abril de 2014, delibera:

- 1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantelar.
- 2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.
- 3 – Exortar veemente à imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.
- 4 – Exortar a que se cesse, de imediato e definitivamente, a ação de destruição social encetada pelo Governo.
- 5 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referenciação, e não apenas o encerramento de camas e serviços.
- 6 – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

7 – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços.

8 – Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

Mais decide enviar esta Moção:

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

À Administração Regional de Saúde do Norte

A todas as Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana do Porto

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Miguel Cardoso



Na sequência da última Assembleia Municipal, o Executivo deste Município deu muitas esperanças sobre a temática da Juventude no concelho. Para nós, elementos do PSD, a temática da juventude é muito importante, no entanto começamos a ficar preocupados se este Executivo diz sim a tudo, a fim de nos anestesiar sem que nenhum andamento seja dado às propostas/temas apresentados.

Relembramos que na última Assembleia Municipal, no período de intervenção do público, a JSD veio pelo seu presidente Gonçalo Melo questionar o Executivo acerca da intenção de instalar uma Casa da Juventude no edifício da Vila Beatriz, de acordo com uma declaração do Vereador Dr. Orlando Rodrigues ao jornal Público. Após uma breve explicação e já mais próximo do final da Assembleia, o Dr. Orlando Rodrigues assegurou que a tal proposta da Casa da Juventude bem como o Conselho Municipal da Juventude, aprovado então por unanimidade na última Assembleia, seriam assuntos a abordar na próxima reunião de Câmara. O que nos surpreende é o facto de já se terem passado umas quantas reuniões de Câmara e as tais temáticas ainda não foram objeto de discussão, como havido sido dito. Para quando vamos ter novidades sobre estes assuntos?

Para terminar, e ainda no que concerne às temáticas de juventude, ficamos agradados com o avanço do Orçamento Participativo Jovem. Consideramos que é uma boa ferramenta de atração e inclusão para os jovens Valonguenses pela política autárquica. Não obstante, relembramos que este é o ano zero e, no ano vindouro, esperamos, com muita expectativa, que as nossas sugestões sejam levadas em conta e que se consigam harmonizar as três estruturas criadas, Assembleia Municipal de Jovens, Assembleia Concelhia de Jovens e Conselho Municipal da Juventude, de modo a potenciar os jovens deste concelho.

MOÇÃO

Contra a privatização ou concessão a privados da Metro do Porto e da STCP

Considerando que:

- O Governo tem em curso diligências tendo em vista a privatização ou concessão a privados das empresas públicas de transportes da Área Metropolitana do Porto, sendo que, em concreto, no horizonte mais próximo, esta possibilidade coloca-se em relação às empresas Metro do Porto e Serviços de Transportes Coletivos do Porto (STCP);
- A Metro do Porto e a STCP prestam um serviço público fundamental e insubstituível, abrangendo os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, servindo uma população de cerca de um milhão e trezentas mil pessoas.

Mais em detalhe, refira-se que:

- A Metro do Porto transportou em 2013 cerca de 56 milhões de passageiros. A sua rede é composta por seis linhas, numa extensão total de 67 km, servidas por um total de 81 estações e abrangendo sete concelhos;
- A STCP transportou em 2013 cerca de 79 milhões de passageiros. A sua rede de autocarros é composta por 69 linhas, que se estendem ao longo de 478 km de rodovia, abrangendo seis concelhos, com um total de 2460 paragens. Esta empresa faculta ainda o serviço de eléctrico, com três linhas e 45 paragens no concelho do Porto;
- De uma forma geral, ambas as empresas possuem veículos e equipamentos modernos, em boas condições de prestar um serviço público de qualidade.

E tendo em conta que:

- Por um lado, os investimentos realizados ao longo dos anos na expansão de rede da Metro do Porto e na modernização da STCP foram em grande parte financiados na banca comercial, muitas vezes em condições fortemente onerosas para o erário público, em consequência do subfinanciamento crónico por via dos sucessivos orçamentos do Estado, sendo esta a principal causa das elevadas dívidas apresentadas a médio e a longo prazo;
- Por outro lado, ambas as empresas apresentam resultados operacionais positivos ou perto do positivo, que perspectivam a possibilidade de rentabilização económica da sua actividade.

E ainda que:

- Ao longo dos últimos anos, os tarifários dos transportes públicos foram substancialmente encarecidos, mesmo para os utentes economicamente mais desfavorecidos, um conjunto alargado de carreiras e serviços da STCP foram afectados negativamente, a par com a redução significativa de trabalhadores e com a realização de cortes nos seus rendimentos e direitos;



- A concretização da privatização ou concessão a privados das empresas Metro do Porto e STCP traduzir-se-á, mais cedo ou mais tarde, no acentuar da redução da oferta de transportes públicos e no seu encarecimento, com todas as consequências negativas para as populações e para as actividades económicas na Área Metropolitana do Porto.

A tudo isto, ainda acresce o facto do Governo se furtar a uma discussão de fundo com as autarquias da Área Metropolitana do Porto sobre o papel das empresas públicas de transportes, limitando-se a consultar administrativamente algumas câmaras municipais sobre os termos em que a privatização ou concessão da Metro do Porto e da STCP deve ser realizada, condicionando e limitando qualquer debate sério sobre uma problemática da maior relevância para os concelhos directamente afectados e para toda a região.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 30 de abril de 2014, no exercício do seu dever de defesa dos interesses da população do seu concelho, manifesta o seguinte:

- Reclamar ao Governo que abandone a intenção de proceder à privatização ou concessão das empresas de transportes públicos da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente a Metro do Porto e a STCP;
- Enviar cópia desta moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho Metropolitano do Porto, ao Concelho de Administração da Metro do Porto e da STCP, à Autoridade Metropolitana dos Transportes do Porto e às estruturas representativas dos trabalhadores da Metro do Porto e da STCP.

Valongo, 30 de abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Grupo Municipal da Coligação "A Vitória de Todos" PPD/PSD - PPM

Assunto – Intervenção – período antes da ordem do dia (30.04.3014)

Lembrar o 25 de Abril é lembrar todos aqueles, quer partidos políticos, quer individualidades, que manifestamente contribuíram para que Portugal conseguisse obter aquilo que todos hoje têm: a **Liberdade**, o bem mais precioso de uma sociedade que se quer civilizada.

O fim essencial de toda a acção política é o serviço do Homem. Como não há pessoa humana sem comunidade, a Política deve respeito às comunidades naturais e àquelas que resultam da liberdade humana.

A comunidade política por excelência é a Nação. À Nação portuguesa, Povo histórico, Povo criador da história Universal, devemos dedicação, que, neste momento de crise, é sobretudo a descoberta e o respeito da sua identidade. Amar e servir Portugal é para nós um modo exemplar de servir o Homem. Porque não é possível "identificar" Portugal sem defender a dignidade pessoal de cada um dos portugueses. Nem existe Portugal fora do seu projecto histórico de em toda a parte servir a grandeza do Homem.

Sempre defendemos uma democracia pluralista no campo político. Acreditamos na liberdade.

Mas Liberdade significa muito mais do que o juntar de nove letras. Hoje em dia, em muitos contextos, a Liberdade aparece muito tímida, diríamos até, muito sombria.

Para nós a Liberdade significa o respeito pelo trabalho, onde a **chaga** do desemprego infelizmente está a minar a sociedade portuguesa;

- O respeito pela segurança, onde infelizmente os assaltos cada vez são em maior número;
- O respeito aos recém licenciados, que reclamam um emprego após a conclusão dos estudos;
- O respeito e direito à saúde, para que todos tenham acesso a um médico de família;
- O respeito a quem paga impostos, para que não se banalize as mentirinhas de prometer baixar impostos para ganhar eleições.

Por um Abril verdadeiramente democrático.

Pelo Grupo Municipal da coligação "A Vitória de Todos" PPD/PSD – PPM

Paulo Pires Basto





MOÇÃO

Processo de concessão dos transportes públicos na Área Metropolitana do Porto

Numa altura em que têm vindo a público sucessivas notícias sobre a intenção do Governo de avançar com a concessão dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente a Metro do Porto e a STCP, e:

Considerando a importância estratégica do setor dos transportes para a mobilidade das populações na Área Metropolitana, com forte impacto na economia local e regional;

Considerando o forte contributo da rede de transportes públicos para o desenvolvimento do concelho de Valongo nos últimos anos, contributo significativo ainda nos dias de hoje;

Considerando ainda que a conjuntura económica acentua o recurso a estes serviços públicos pelas populações, especialmente as de menores rendimentos e mais afetadas pela crise;

Tendo presente o desconhecimento da existência de estudos por parte da Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) que permitam conhecer o atual perfil de mobilidade dos cidadãos da Área Metropolitana do Porto, o nível de serviço e respetivos custos que deveriam ser contratados para satisfazer as suas necessidades de transporte;

Tendo presente que a abordagem do Governo tem sido igual a tantas outras, ou seja, feita à revelia do princípio central para qualquer tomada de decisão e que passa pelo conhecimento concreto da realidade territorial onde a intervenção vai ter lugar, com forte e negativo impacto na vida dos cidadãos;

A Assembleia Municipal de Valongo, **reunida em sessão ordinária do dia 30 de abril de 2014**, exige:



Grupo Municipal do Partido Socialista

- 1 - Conhecer os dados técnicos dos estudos que fundamentam a opção política de privatização dos transportes na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente resultados sobre a eficiência das empresas face às necessidades e expectativas;
- 2 - Conhecer a proposta concreta de concessão para o sistema de transportes para a Área Metropolitana do Porto, antes da mesma ser submetida a concurso público;
- Exigem ainda que nenhuma decisão seja tomada sem a devida e legítima auscultação e o envolvimento das entidades com responsabilidades em matéria de transportes e acessibilidades na Área Metropolitana do Porto - Autarquias, Conselho Metropolitano, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto.

Valongo, 30 de abril de 2014.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Catarina Lobo)



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

Moção

As freguesias têm desempenhado um papel fundamental, quase sempre ignorado pelos sucessivos governos, na organização administrativa do território. Como elo mais próximo de ligação entre a cidadania e o Estado, com a sua representatividade política e democrática, muito contribuem para a resolução de problemas locais e para a defesa dos interesses de cada comunidade.

Apesar das anunciadas novas competências e melhorias no funcionamento das autarquias, a Lei nº 75/2013, aprovada apenas com os votos favoráveis do PSD e CDS/PP, não está a aproximar mais as populações, nem a facilitar a participação pública na vida autárquica nem a racionalizar procedimentos e custos. Persiste e agrava-se a centralização da gestão do território.

A falta de qualidade da legislação autárquica aprovada em Setembro último ficou bem patente no despacho "interpretativo uniforme" sobre 19 questões que o governo se viu forçado a fazer. Só passaram 6 meses após a aprovação da Lei nº 75/2013, mas é grande a confusão nas autarquias e a população que assiste às reuniões dos Municípios e das Freguesias não vê melhorias no funcionamento dos órgãos autárquicos...

Perante uma situação em que as freguesias se confrontam com novas e maiores dificuldades para a concretização das suas atividades em prol das populações, o último Congresso da Associação Nacional de Freguesias (Anafre) realizado em fins de Janeiro com a presença de mais de 800 delegados, manifestou a sua discordância com a agregação/extinção a que foram sujeitas mais de 1.000 freguesias e defendeu, entre outros pontos, que seja clarificada a partilha de competências entre municípios e freguesias.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 30 de Abril de 2014, tendo em conta a importância decisiva das freguesias para o desenvolvimento equilibrado das cidades e valorizando as tomadas de posição da Anafre, DEFENDE:

- 1 – a alteração da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, com vista a um efetivo alargamento das atribuições e competências da administração local;
- 2 – uma justa atribuição de recursos financeiros às autarquias, que permita a adequada concretização das suas responsabilidades para com a população local

Grupo Municipal Bloco Esquerda

(Nuno António Dias Monteiro)

(A remeter à Assembleia da República e Grupos Parlamentares)

Doc. 9



Assembleia Municipal de Valongo

Sessão Ordinária – 30 de abril de 2014

Requerimento

Considerando as Bugiadas e as Mouriscadas ou Festa S. João de Sobrado como uma das tradições festivas com mais expressividade no concelho e uma manifestação cultural com carácter reconhecidamente excepcional, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valongo informação escrita e por ordem cronológica sobre os procedimentos desenvolvidos, sobre as diligências tomadas e quais os atores intervenientes neste processo de candidatura ao Património Cultural Imaterial da UNESCO, desde o início do presente mandato.

Deste resultado, deve ser dado conhecimento formal aos Grupos Municipais, aos Parceiros Oficiais da Candidatura e às Entidades/ Instituições que declararam o seu apoio.

Valongo, 30 de abril de 2014

O Grupo Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Paula Moreira', is written over a horizontal line.

(Paula Moreira)

REQUERIMENTO

Fornecimento de refeições escolares / Protocolo IPSS

No âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, o executivo do mandato anterior estabeleceu um protocolo com 4 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho para se constituírem como parceiras do município e colocarem em prática este programa, aceitando as condições para o fornecimento das refeições no presente ano letivo de 2013/2014.

Tendo em conta as notícias vindas a público, confirmadas numa sessão desta Assembleia Municipal, da intenção do atual executivo camarário em suspender o protocolo em curso, não perspetivando a sua renovação para o ano letivo seguinte, sem que tivesse ocorrido um contacto prévio com as instituições visadas, a CDU diligenciou encontros com as respetivas direções, onde foi possível conhecer algumas das suas posições e preocupações, assim como a realidade das operações envolvidas no serviço que era prestado e dos benefícios que estavam subjacentes no trabalho realizado. Foi notório constatar que haveria, por parte das Instituições, interesse em prosseguir com esta parceria, estando disponíveis para negociar com a autarquia alguns aspectos do protocolo e, nesse sentido, foi apresentada na Câmara pelo Vereador da CDU uma recomendação para que o executivo camarário estabelecesse um diálogo franco com as direções das IPSS, de modo a chegar a um entendimento benéfico para ambas as partes envolvidas, sem prejudicar o serviço de fornecimento de refeições escolares que era prestado.

Sabendo que pelo meio, existe um processo do tribunal a condenar a Câmara Municipal de Valongo relativo ao concurso realizado no passado para o fornecimento de refeições escolares e sobre o qual houve recurso, seria importante conhecer melhor os contornos desta situação e os impactos que estas ações podem ter tido na tomada da decisão que o executivo pretende levar à prática.

Perante o exposto, o Grupo Municipal da CDU decidiu requerer, através da Assembleia Municipal, que sejam dadas informações por escrito, disponibilizando os respetivos documentos, relativamente ao processo de fornecimento de refeições escolares, essencialmente, em relação às seguintes questões:

1. Quais foram as diligências que o atual executivo tomou em relação às IPSS e de que forma foram estabelecidos os contactos?
2. Que posições tomaram as direções das IPSS? Foram satisfeitas as suas pretensões e todas tiveram o mesmo nível de concordância? Que respostas foram dadas pelas IPSS?



3. Que compromissos foram assumidos, quer pela autarquia, quer pelas IPSS, em termos do objetivo de continuar com o fornecimento das refeições escolares?
4. Qual é a situação atual face às decisões proferidas pelo tribunal? Que documentos existem das sentenças e que obrigações derivam das mesmas, quer para o requerente, quer para o requerido, em termos de uma possível indemnização?
5. Qual é a opinião expressada pelos serviços jurídicos da própria Câmara Municipal? A Câmara está obrigada a respeitar alguma das decisões ou pretende recorrer?
6. O que planeia fazer o atual executivo para que, no próximo ano letivo, o fornecimento das refeições escolares não fique comprometido?
7. Será que a Câmara Municipal tem intenção de se apetrechar de forma a poder, a médio prazo, prestar o serviço sem recurso a entidades externas?

Valongo, 30 de abril de 2014

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo